



ACÓRDÃO Nº468/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 11206/2018.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Câmara Municipal de Lábrea.
- 4- **Exercício:** 2017.
- 5- **Responsável:** Regifran de Amorim Amâncio (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Não Possui.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 2575/2019-DMP, Dra. Elissandra Monteiro Freire Alvares, Procuradora de Contas.
- 9- **Relator:** Auditor Mário José de Moraes Costa Filho.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Câmara Municipal de Lábrea. Exercício de 2017.

Regularidade com ressalvas. Multa. Determinação. Ciência.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída Art. 11, III, alínea "a", item 2, da resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar regular com ressalvas** a Prestação de Contas da Câmara Municipal de Lábrea, sob a responsabilidade do **Sr. Regifran de Amorim Amâncio**, exercício 2017;
- 10.2. **Aplicar Multa** ao **Sr. Regifran de Amorim Amâncio** no valor de **R\$ 3.000,00** (três mil reais), que deverá ser recolhida no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE.
Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo;
- 10.3. **Determinar à Câmara Municipal de Lábrea**, o alerta sobre o eventual descumprimento das determinações aqui impostas que poderá motivar



ACÓRDÃO Nº468/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

a irregularidade das Prestações de Contas futuras, nos termos do Art.22, parágrafo 1º da LOTCE-AM e à atual gestão do órgão de origem sobre a necessidade de corrigir as falhas que ensejaram a aplicação de multa nestes autos;

10.4. Dar ciência ao Sr. Regifran de Amorim Amâncio e aos demais interessados no feito, sobre o teor deste julgamento, em obediência ao princípio constitucional da publicidade.

11- Ata: 17ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 5 de Junho de 2019.

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Mario Manoel Coelho de Mello e Luiz Henrique Pereira Mendes (Convocado).

13.1. Auditor presente e Relator: Mário José de Moraes Costa Filho.

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira-Presidente

MÁRIO JOSÉ DE MORAES COSTA FILHO
Auditor-Relator

JOÃO BARROSO DE SOUZA
Procurador-Geral